

Cotação

- Dólar: R\$ 5,64
- Euro: R\$ 6,45



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Terça-feira • 29 de Abril 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	30 de Abril
• Dia Internacional da Dança	• Dia do Ferroviário • Dia Nacional da Mulher • Dia Internacional do Jazz • Dia Internacional do Cão-Guia

Agenda do dia

Hoje	30 de Abril
• 17h30: Despache com o chefe de gabinete Dr Marcelo Paiva no Gabinete do Prefeito	• 17h30: Despache com o chefe de gabinete Dr Marcelo Paiva no Gabinete do Prefeito

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Tamoios News • Radar Litoral • Nova Imprensa • Fala Caragua • Diário Caiçara • Noticias das Praias • Jornal do Litoral • Ubatuba Times • Agora Vale • TV Thati • Notícias do Litoral Norte • Litoral Norte Web

Índice

Política.....	3
Folha de São Paulo.....	3
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
O Estado de São Paulo.....	7
O Estado de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	9
Câmara Municipal de Caraguatatuba vota projeto de reestruturação administrativa da Casa de Leis nesta terça-feira.....	10
Cotidiano.....	11
Folha de São Paulo.....	11
26ª Cerimônia “Barcos ao Mar” reúne comunidade pesqueira e marca início do período da pesca do camarão.....	12
Casos de dengue aumentam em Caraguatatuba e Prefeitura orienta população a redobrar os cuidados.....	13
PAT de Caraguatatuba oferece 146 vagas de emprego nesta semana.....	14
Caraguatatuba lança programa “Inclusão em Movimento” com assinatura de termo de parceria entre secretarias.....	15
Tarcísio seleciona 2 escolas do Litoral Norte para modelo cívico-militar.....	16
Geral.....	17
Paraglider cai no bairro Capricórnio, piloto fica preso em árvore e é resgatado por bombeiros.....	17
Justiça mantém prisão de motorista após acidente em Caraguatatuba.....	18
Clipping Eletrônico.....	19
Entrevista com a Vereadora, Dra. Lalá, para a TV Câmara.....	19

Política

Folha de São Paulo

Federação União Brasil-PP nasce conflagrada e sob ameaça de não ter presidente

'União Progressista' mira eleição para o Executivo federal em 2026, mas abriga disputas locais e entre Lira e Rueda pelo comando formal

Raphael Di Cunto e
Ranier Bragon

BRASÍLIA A superfederação entre PP e União Brasil que deve ser anunciada nesta terça-feira (29) mira um papel de destaque na eleição presidencial e a facilitação da formação de chapas para deputado, mas nascerá conflagrada em vários estados, com ameaças de desfiliação, e também na cúpula.

A intenção é promover rodízio no cargo de presidente, mas Antonio Rueda (União Brasil) exigiu ser o primeiro a assumir a função. O posto estava apalavrado para o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP). Assim, parlamentares diziam nesta segunda (28) haver a chance, inclusive, de a federação ser anunciada sem presidente.

A nova agremiação será apelidada de União Progressista e obrigará ambos a atuar juntos nas eleições por quatro anos.

Caso ocorra o rompimento antecipado, eles ficam proibidos de firmar nova aliança deste tipo com outros partidos por mais quatro anos.

A intenção é ser o grupo mais forte do Congresso, com 109 deputados, quase 20 a mais do que o PL, hoje a maior sigla da Câmara, com 92, e 14 senadores, empatado com PSD e PL. O agrupamento também terá a maior parcela dos fundos partidário e eleitoral e o maior tempo de propaganda eleitoral na TV e rádio.

Tamánha estrutura, na visão dos líderes, cacifa a superfederação a pleitear posto de destaque na direita. O objetivo do presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), é concorrer como vice-presidente numa chapa liderada pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de acordo com seus aliados.

A sigla também poderá exigir mais espaço no governo em 2027, seja ele qual for, e se posicionar com mais força na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados e do Senado.

A intenção de Rueda é conduzir a federação no período em que será definido o comando de cada diretório estadual sobre o qual ainda há impasse —são nove. Nos bastidores, Lira resiste e busca ser o primeiro presidente.

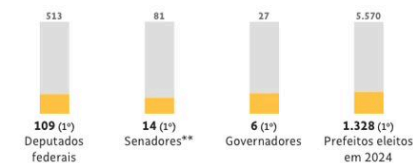
Pelo acordo, o PP presidirá nove estados (como PE, RS e SC) e o União Brasil ficará com outros nove (como AP, GO e BA). O critério é quem tem o governador e, depois, quem elegeu mais deputados estaduais em 2022.

O modelo prevê uma negociação reversa. Em vez de resolver os conflitos regionais para então aprovar a aliança, primeiro será

Superfederação PP e União Brasil

	União Brasil	PP
Histórico	Resultado da fusão entre PSL e DEM, em 2022; o DEM era o antigo PFL que, por sua vez, foi fundado a partir de uma dissidência do PDS, partido sucessor da Arena, legenda de apoio à ditadura militar	Tem em sua origem no malufismo, mais especificamente o PDS, herdeiro da Arena, o partido de apoio à ditadura militar
Posição ideológica*	Direita	Centro-direita
Deputados federais	60	49
Senadores	7	7
Governadores	4	2
Prefeitos eleitos em 2024	583	745

Legendas unidas possuem maior número de prefeitos e governadores, e se tornam maior bancada no Congresso
Ranking dos partidos em cada situação



*Segundo o GPS Ideológico da Folha | **Ao lado de PSD e PL
Fontes: Câmara dos Deputados, Senado, TSE (Tribunal Superior Eleitoral)

selada a superfederação em nível nacional para depois serem debatidos os problemas locais.

Um dos impasses é o Paraná, onde o ex-juiz e atual senador Sergio Moro (União Brasil) quer concorrer ao governo estadual em 2026. O PP, porém, faz parte da base aliada do governador Ratinho Júnior (PSD) e pretende apoiar quem ele escolher como sucessor.

Assim como no Paraná, outros oito estados só terão o comando decidido depois, como São Paulo e Rio de Janeiro, para evitar que esses conflitos contaminem a aliança nacional. Há brigas mais sérias, como no Acre e na Paraíba, onde PP e União Brasil rivalizam como os dois principais candidatos ao governo, em chapas adversárias.

O compromisso de resolver o impasse mais para frente ocorreu também com o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), que se lançou pré-candidato à Presidência e se posicionava contra a federação por entender que o PP já tem acerto de apoiar o ex-presidente Bolsonaro (PL) ou quem ele indicar.

Para evitar saída antecipada ou um entrave à aprovação da alian-

ça no diretório nacional, o goiano recebeu a palavra de que terá o apoio oficial da superfederação se conseguir marcar mais de 10% nas pesquisas em março de 2026. Se isso não ocorrer, ele terá que abrir mão para outro candidato com mais chances.

A criação da superfederação terá que ser votada pelas Executivas nacionais dos partidos e há a percepção, por parte dos descontentes, de que pode não haver votos suficientes quando ficar claro quem perderá espaço.

Outra decisão adiada é o rompimento com o presidente Lula (PT). As duas siglas mantêm espaços no governo mesmo dizendo abertamente que não apoiarão sua reeleição. O União Brasil tem três ministros: Comunicações, Turismo e Desenvolvimento Regional. O PP tem Esporte e a presidência da Caixa.

Também nesta terça-feira, o PSDB deve aprovar em sua executiva a fusão com o Podemos, numa tentativa de sobreviver à cláusula de desempenho e apresentar alternativa de "terceira via" contra Lula e Bolsonaro. O nome agremiação ainda não está fechado, mas será provisoriamente PSDB+Podemos.

Folha de São Paulo

Ação que levou Collor à cadeia inclui acusado de ser seu 'testa de ferro'

Dois réus no mesmo processo de ex-presidente tiveram seus direitos restringidos

Catarina Scortecchi

CURITIBA Ação penal no STF (Supremo Tribunal Federal) que gerou a prisão na sexta (25) do ex-presidente da República Fernando Collor também levou à condenação outras duas pessoas próximas do ex-senador.

Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e Luís Pereira Duarte de Amorim, réus no mesmo processo, vão cumprir penas restritivas de direitos e não foram levados ao regime fechado.

Pedro Paulo foi condenado por corrupção passiva. Luís Amorim foi absolvido do crime de corrupção e condenado por lavagem de dinheiro. Os dois começaram nesta sexta a cumprir as penas de "limitação de final de semana" e "prestação de serviços à comunidade".

O advogado Milton Gonçalves Ferreira Netto, defensor de Luís Amorim, disse em nota que "a defesa técnica não se manifestará, mas registra apenas que respeita e respeitará todas as deliberações do STF". Amorim tentou visitar Collor na sexta após a prisão.

A reportagem não conseguiu resposta do advogado Pedro Paulo, José Eduardo Rangel de Alckmin. Ao longo do processo, eles negaram terem cometido os crimes apontados pela PGR (Procuradoria-Geral da República).

Na denúncia feita há dez anos e assinada pelo então procurador-geral da República Rodrigo Janot, Pedro Paulo é descrito como "operador financeiro particular" de Collor e Luís Amorim é chamado de seu "testa de ferro".



O ex-presidente Fernando Collor na audiência de custódia. Reprodução - 25.abr.25/STF

R\$ 20 milhões

seria o total de propina recebido por Fernando Collor, de acordo com o apurado pela PGR

Quando a denúncia foi feita, em 2015, Collor era senador e, em função do foro especial, o caso foi tratado pelo STF. A PGR argumentou na época que Luís Amorim e Pedro Paulo também deveriam ser julgados pela corte, já que eles teriam apresentado "condutas essencialmente vinculadas ao parlamentar, auxiliando-o diretamente no recebimento e na ocultação de valores de origem ilícita".

Segundo a PGR, Collor comandou, de 2010 a 2014, um esquema de corrupção na BR Distribui-

dora, ex-subsidiária da Petrobras.

Os investigadores chegaram ao caso ainda durante a Operação Bidone, uma das fases iniciais da Operação Lava Jato, quando houve busca e apreensão na sede de uma das empresas operadas pelo doleiro Alberto Youssef, que depois se tornou um dos principais delatores da investigação.

Na ocasião, foram encontrados comprovantes de depósito em dinheiro, no valor total de R\$ 50 mil, na conta bancária pessoal do então senador, além de um comprovante de depósito em dinhei-

ro, de R\$ 17 mil, na conta de uma das empresas do parlamentar, a Gazeta de Alagoas.

Ao longo da investigação, a PGR concluiu que Collor teria recebido mais de R\$ 20 milhões em propina, por meio de empresas que conseguiam contratos com a BR Distribuidora, incluindo a UTC Engenharia.

Na época, Luís Amorim, 64, que é policial militar reformado, dirigia em Maceió as empresas Gazeta de Alagoas e a TV Gazeta de Alagoas. Segundo a PGR, o senador usou suas empresas de mídia para receber propina, daí a acusação contra Luís Amorim de crime de lavagem de dinheiro.

Já Pedro Paulo, 65, conhecido como PP, é descrito na denúncia como amigo de longa data de Collor. Ele esteve à frente da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República de 1990 a 1992, na gestão do ex-presidente.

Depois do impeachment de Collor, passou a atuar no âmbito privado, em negócios nas áreas de infraestrutura e energia. Sua principal empresa na época da denúncia era a GPI Participações e Investimentos S/A, de São Paulo, mas, segundo a PGR, ele teria o controle "de diversas outras empresas" que foram utilizadas para recolher valores para Collor.

O ex-presidente foi condenado a 8 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, por conta do esquema de corrupção na BR Distribuidora relatado pela PGR.

No âmbito da Operação Lava Jato, autoridades que acompanham os processos remanescentes da investigação apontam que hoje há apenas uma pessoa que cumpre pena relativa a condenações que transitaram em julgado, ou seja, quando não existe mais possibilidade de recurso.

Trata-se de Renato Duque, que foi diretor de Serviços da Petrobras de 2003 a 2012. Ele está preso desde agosto de 2024.

Folha de São Paulo



Marçal durante entrevista coletiva após o primeiro turno das eleições municipais de 2024 Rubens Cavallari - 6.out.24/Folhapress

Marçal ficará fora de eleições até 2034 caso as sentenças sejam mantidas

Ele foi condenado por competições de cortes de vídeos e por pedido de doação em troca de apoio a candidatos a vereador

Renata Galf

SÃO PAULO O autodenominado ex-coach e empresário Pablo Marçal (PRTB) já acumula duas condenações na Justiça Eleitoral de São Paulo em que foi declarado inelegível por oito anos, relacionadas à sua atuação durante a campanha para a Prefeitura de São Paulo em 2024. Essas penas não são somadas.

Já foram analisadas três ações relacionadas às competições de cortes de vídeos sobre o influenciador, cuja sentença foi publicada no sábado (26), e dois processos sobre post em que ele pedia doações em troca de fazer vídeo de apoio a candidatos a vereador, com sentença em fevereiro.

"Essa decisão é temporária. Cumprimos todos os requisitos legais durante a campanha. Confio na Justiça e estou certo de que vamos reverter", disse Marçal no domingo.

No caso da primeira ação sobre o pedido de doação, já há recurso na segunda instância —no caso, o TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo). Em ambas as ações, cabe recurso. A pena só passa a ter efeito prático após decisão colegiada do TRE ou depois do trânsito em julgado.

*

Inelegibilidade por oito anos

Chamado de Aije (ação de investigação judicial eleitoral), esse tipo de procedimento em que Marçal foi condenado envolve o julgamento quanto a se houve abuso de poder na campanha ou o chamado "uso indevido dos meios de comunicação social".

No caso dos eleitos, cabe a cassação do mandato, enquanto can-

didatos derrotados podem ser punidos com a inelegibilidade de oito a contar da data da eleição.

Como no ano passado a votação foi em 6 de outubro, enquanto em 2032 será no dia 3, na hipótese de a condenação transitar em julgado, ele só poderia voltar a disputar eleições em 2034.

Cortes de vídeos

Marçal foi alvo de três ações que tramitavam em conjunto e que tinham como foco principal as competições de cortes de vídeos organizadas por meio de um canal no Discord (que funciona de um modo semelhante a um grande grupo de WhatsApp, com vários canais de conversa paralelos).

Os interessados tinham acesso a instruções para concorrer. Eles deveriam selecionar pequenos trechos de conteúdos publicados por Marçal (os chamados cortes), que deveriam então ser divulgados em seus perfis. Entre os critérios de premiação estavam a quantidade de visualizações e o total de conteúdos postados.

Segundo as regras eleitorais, não é permitido fazer propaganda eleitoral paga, sendo vedada "a contratação de pessoas físicas ou jurídicas para que realizem publicações de cunho político-eleitoral em seus perfis, páginas, canais, ou assimilados".

O juiz eleitoral Antonio Maria Patiño Zorz afirmou em sua sentença que "a estratégia correspondente ao impulsionamento de cortes efetuados por terceiros trouxe ao réu uma vantagem indevida considerada a fraude na mobilização artificialmente ocorrida para que fosse criada a impressão de havia uma onda genuína de apoio a suas ideias e plataforma política mas que foi motivada pela perspectiva de ganhos financeiros".



A estratégia correspondente ao impulsionamento de cortes efetuados por terceiros trouxe ao réu uma vantagem indevida considerada a fraude na mobilização artificialmente ocorrida para que fosse criada a impressão de havia uma onda genuína de apoio a suas ideias e plataforma política mas que foi motivada pela perspectiva de ganhos financeiros

Antonio Maria Patiño Zorz
juiz eleitoral, em sentença que condena Marçal

motivada pela perspectiva de ganhos financeiros".

Marçal negou que tenha pago por cortes com viés eleitoral e disse que não foram apresentados documentos comprovando o pagamento. Sua defesa argumentou que ele "nem sequer tinha conhecimento da publicação dos cortes de seus vídeos".

Foram apresentados como provas na ação diferentes posts publicados por perfis com cortes de vídeos de Marçal, vídeos em que o próprio ex-coach fala sobre os campeonatos e prints sobre regras do canal de competições, entre elas uma em que constava a instrução para que fosse incluída a hashtag "prefeitomarçal", no período da pré-campanha.

O juiz da determinou não só a inelegibilidade de oito anos, como o pagamento de multa de R\$ 420 mil por descumprimento de decisão judicial. Em agosto de 2024, ele tinha determinado, entre outros, a suspensão imediata "das atividades ao candidato na plataforma Discord". A multa diária pelo descumprimento era de R\$ 10 mil, e, segundo o juiz, o descumprimento seguiu por 42 dias.

Pedido de doação de R\$ 5.000

Marçal também foi alvo de outras duas ações, que também tramitaram em conjunto, referentes a um vídeo em que oferece gravar vídeos de apoio a candidatos "de direita" em troca de transferências via Pix de R\$ 5.000.

O juiz entendeu ainda que Marçal não estava recebendo uma doação, mas uma contraprestação por produto ilegal, a produção de material de apoio político, vendido à margem da fiscalização da Justiça Eleitoral e em desconformidade com as regras sobre arrecadação e gastos de campanha.

A defesa disse que os recursos recebidos foram devolvidos. Eles alegaram que só seis pessoas fizeram transferências.

O magistrado entendeu que a atitude "configura conduta altamente reprovável (gravidade qualitativa) e violadora do princípio da legitimidade das eleições".

Disse também que o abuso do poder político ficou caracterizado porque o candidato "pode fazer isso por ter sido escolhido em convenção por estar na estrutura de um partido".

Folha de São Paulo

Marçal é punido com inelegibilidade pela 2ª vez e terá de pagar R\$ 420 mil

Influenciador diz que sentença será revertida e que cumpriu requisitos legais; defesa alegou ausência de gravidade nos fatos de forma a influenciar no resultado eleitoral

Mônica Bergamo e Renata Galf

SÃO PAULO O influenciador Pablo Marçal foi condenado pela segunda vez pela Justiça Eleitoral por sua campanha para prefeito de São Paulo pelo PRTB, em 2024.

O juiz Antonio Maria Patiño Zorz, da 1ª Zona Eleitoral de São Paulo, apontou "abuso por uso indevido dos meios de comunicação, captação e gastos ilícitos de recursos e abuso de poder econômico" e determinou que ele fique inelegível por oito anos e pague multa de R\$ 420 mil por descumprimento de decisão judicial.

Cabe recurso à segunda instância, no caso ao TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo), e posteriormente ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral). A pena de inelegibilidade só passa a ter efeito prático após decisão colegiada do TRE ou do trânsito em julgado.

Questionado, Marçal disse, em nota encaminhada por sua assessoria de imprensa, acreditar que a sentença será revertida. "Essa

decisão é temporária. Cumprimos todos os requisitos legais durante a campanha. Confio na Justiça e estou certo de que vamos reverter".

Em fevereiro, ele já havia sido condenado pela primeira vez a ficar fora das próximas eleições por se oferecer para gravar vídeos de apoio a candidatos "de direita" em troca de transferências via Pix de R\$ 5.000.

A segunda ação agora julgada contra Marçal foi movida pelo PSB, da deputada federal Tabata Amaral, que também disputou a prefeitura. O partido afirmou que Marçal monetizava eleitores que divulgassem trechos de seus vídeos como candidato.

A competição de cortes alvo das ações eram organizadas por meio de um canal no Discord (que funciona de um modo semelhante a um grande grupo de WhatsApp, com vários canais de conversa paralelos).

Segundo as regras eleitorais, não é permitido fazer propagan-

da eleitoral paga, sendo vedada "a contratação de pessoas físicas ou jurídicas para que realizem publicações de cunho político-eleitoral em seus perfis, páginas, canais, ou assimilados".

O Ministério Público Eleitoral, por sua vez, também pediu investigação contra Marçal por "abuso de poder econômico mediante estratégia de cooptação de colaboradores com promessa de ganhos financeiros e apoiadores para disseminação de seus conteúdos em redes sociais e serviços de 'streaming' mediante impulsionamento efetuado por pretensos eleitores e cabos eleitorais que se reverteria de caráter ilícito e abusivo".

Os recursos de campanha estariam sendo captados por Marçal de forma ilícita e sem que houvesse a devida declaração à Justiça, "o que apontaria para uma quantidade financeira não declarada, não documentada, desequilibrando o pleito eleitoral".

Em agosto de 2024, a Justiça determinou a suspensão temporá-



Essa decisão é temporária. Cumprimos todos os requisitos legais durante a campanha. Confio na Justiça e estou certo de que vamos reverter

Pablo Marçal
influenciador, em nota

ria dos perfis oficiais usados por Marçal nas redes sociais e proibiu que ele remunerasse "os 'cortadores' de seus conteúdos com vinculação de Pablo Marçal à candidatura a prefeito de São Paulo", além da suspensão das atividades do candidato no Discord.

Plataformas como Instagram, YouTube, TikTok e X bloquearam os perfis, mas a comunidade de apoio a Marçal seguiu ativa no Discord. E, segundo o juiz, Marçal "estimulou que os cortadores de seus vídeos continuassem fazendo o que precisasse ser feito".

Como a multa diária pelo descumprimento era de R\$ 10 mil, e a desobediência seguiu por 42 dias, o juiz agora estabeleceu a cobrança de R\$ 420 mil.

A defesa de Marçal alegou, por sua vez, "ausência de prévio de conhecimento do réu sobre os fatos" e ausência de provas para tipificar "atos de abuso do poder pelo réu ou qualquer outra irregularidade eleitoral", além de "ausência de gravidade nos fatos apontados de forma a desequilibrar o pleito ou influenciar no resultado das eleições".

O advogado do PSB, Hélio Silveira, afirma que Marçal "venalizou as eleições" e por isso agora se torna inelegível.

Tabata enviou nota em que afirma: "Marçal vive de vender o 'segredo do sucesso'. Mas o 'sucesso' dele é baseado numa coisa só: o desrespeito às leis".

O Estado de São Paulo

STF, Justiça do Trabalho e o PJ que quer férias

Lúcia Regina P. Moiolli e André Souza

Quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decide suspender todos os processos que discutem a licitude de contratos de prestação de serviços – sob o pretexto técnico da repercussão geral –, o que está em jogo não é a formalidade de um rito processual, mas a espinha dorsal do mercado de trabalho. A chamada pejotização, tão brasileira quanto a jabuticaba e tão escorregadia quanto um contrato verbal com cláusula de exclusividade, foi convocada ao palco institucional.

A decisão do ministro Gilmar Mendes, proferida em 14 de abril no âmbito do Recurso Extraordinário com Agravo (ARE 1532603), não é apenas um freio de arrumação; é um ato de ruptura. A afirmação de que a Justiça do Trabalho tem ignorado, sistematicamente, os precedentes do STF – produzindo insegurança jurídica e sobrecarregando a Corte – não é só um puxão de orelha. É um convite à redefinição de fronteiras institucionais. Como se dissesse, em juridiquês com sotaque filosófico: “Não se atravessa a rua fora da faixa hermenêutica do Supremo”.

Sob o verniz técnico do reconhecimento da repercussão geral (Tema 1389), esconde-se ou-

tro problema: quem manda no Brasil quando se trata de classificar uma relação de trabalho como autônoma ou subordinada? Quem decide se aquele que vende sua força de trabalho como pessoa jurídica está exercendo liberdade contratual ou disfarçando sua dependência econômica sob um CNPJ com endereço na sala de estar?

A Justiça do Trabalho, por décadas, respondeu a essas perguntas com convicção. Munida do “princípio da primazia da realidade”, recusou-se a aceitar o disfarce formal como prova de autonomia. Para o trabalhador médico, jornalista ou advogado, o contrato de prestação de serviços era, muitas vezes, desconsiderado, pela leitura de que se tratava de um vínculo empregatício. Essa leitura agora se vê confrontada por uma Suprema Corte que parece menos disposta a tolerar interpretações extensivas da CLT.

A crítica do Supremo atinge o conteúdo do que a Justiça do Trabalho vem decidindo. E não se trata de um debate trivial. A divisão social do trabalho brasileiro, marcada pela informalidade disfarçada e terceirizações em cadeia, encontra-se na encruzilhada entre a modernização e a proteção da pessoa humana.

O Brasil navega entre a insegurança jurídica da interpreta-

O Brasil está, mais uma vez, diante de um espelho jurídico que reflete sua ambivalência histórica: entre o paternalismo estatal e o liberalismo retórico

ção casuística e a fragmentação regulatória, que não se resolve com reforma trabalhista e jurisprudência. O artigo 3.º da CLT continua a ser o campo de batalha: habitualidade, subordinação, onerosidade e pessoalidade são colunas que sustentam (ou ruem) a ponte entre o CNPJ e a CLT. Só que os tribunais têm lido essas colunas com lentes cada vez mais diversas.

A suspensão nacional dos processos é um recado, mas também uma tentativa de restaurar a autoridade do STF. Gilmar Mendes, que já liderou mu-

danças de paradigmas nas áreas penal e tributária, agora mira a seara trabalhista, em que, ao que tudo indica, pretende estabelecer um marco interpretativo que impeça o uso do Judiciário como ferramenta de revisão de contratos civis.

E aqui mora o dilema: o STF parece querer blindar o uso da pejotização legítima contra interpretações paternalistas. Mas como distinguir, com precisão, a pejotização “do bem”? O texto constitucional e a jurisprudência não respondem sozinhos. Será necessário criar parâmetros de aferição, critérios objetivos, guias interpretativos.

Se há um mérito na decisão do STF, é o de tirar o País da zona cinzenta. A suspensão cria um momento para rever a lógica de decisões, abre espaço para o debate e prepara o terreno para uma jurisprudência que equilibre liberdade contratual e proteção social. Não se trata de abolir a CLT, nem de glorificar a autonomia privada. Mas de reconhecer que o contrato de prestação de serviços pode ser legítimo – e que presumir sua invalidade, apenas por haver um CNPJ, é reducionista e perigoso.

O Brasil está, mais uma vez, diante de um espelho jurídico que reflete sua ambivalência histórica: entre o paternalismo

estatal e o liberalismo retórico. A pejotização, nesse contexto, é mais sintoma do que causa. O verdadeiro problema é o déficit de segurança jurídica, a multiplicação de interpretações divergentes, a ausência de um marco normativo claro. E, talvez, o excesso de decisões judiciais que ignoram o pacto entre partes adultas e capazes, como se a liberdade contratual fosse uma fantasia burguesa, e não um direito constitucional.

Ao final, o Supremo não suspendeu apenas processos. Suspendeu certezas, dogmas, narrativas. E nos deixou com uma pergunta incômoda: quando tudo pode ser lido de forma diferente, quem será o intérprete final?

Talvez a resposta esteja menos nas decisões e mais nos critérios. Menos no texto e mais no contexto. E talvez seja hora de admitir que o Brasil precisa de menos litígios sobre formas contratuais e mais consenso sobre os limites da autonomia e da tutela. O futuro da pejotização não está no CNPJ – está na nossa capacidade de construir um sistema jurídico que respeite o contrato sem ignorar a dignidade de quem presta o serviço. ●

SÃO, RESPECTIVAMENTE, ADVOGADA, LL.M. PELA CORNELL LAW SCHOOL, PROFESSORA UNIVERSITÁRIA, PALESTRANTE E ESCRITORA; E ADVOGADO E LL.M. PELO INSPIER

O Estado de São Paulo

Operação Sem Desconto

Entidade suspeita de desviar R\$ 2 bi do INSS repassou a buffet e firma de viagem

Para a PF, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura foi beneficiada com 'desconto em lote' e fez transferências fracionadas; Contag afirma que 'sempre atuou com ética'

RAYSSA MOTTA
FAUSTO MACEDO

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) é suspeita de desviar R\$ 2 bilhões de aposentados entre janeiro de 2019 e março de 2024. Os cálculos são da Polícia Federal (PF). Os investigadores miram agora os beneficiários das supostas fraudes. A PF já identificou que uma agência de viagens, uma empresa de locação de estruturas para eventos e uma empresa de buffet receberam transferências fracionadas da confederação.

As informações foram obtidas a partir de uma análise detalhada do fluxo financeiro da Contag. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) alertou a PF sobre a saída de R\$ 26.457.531,95 das contas da confederação para 15 pessoas físicas e jurídicas ligadas aos setores de turismo, alimentação e eventos, além de federações estaduais vinculadas à Contag. As transferências foram fracionadas, o que levantou suspeitas.

A confederação afirmou que coordena mais de 3,8 mil sindicatos e que "sempre atuou com ética, responsabilidade e tem se empenhado ativamente no aperfeiçoamento da gestão e na fiscalização dos projetos e convênios que administra".

As movimentações suspeitas levaram o juiz Frederico Botelho de Barros Viana, da 15.^a

Vara Federal Criminal do Distrito Federal, a autorizar buscas na sede da Contag e nos endereços de empresas que receberam transferências da confederação. Os mandados foram cumpridos na última quarta-feira, durante a Operação Sem Desconto – deflagrada pela PF e a Controladoria-Geral da União (CGU).

A investigação identificou um esquema fraudulento de deduções indevidas em benefícios de aposentados e pensionistas do INSS.

'ENRIQUECIMENTO ILÍCITO'

Em sua decisão, o juiz afirmou que há "indícios seguros" de que "responsáveis pela Contag, entre 2019 e 2024, realizaram (e continuam promovendo) descontos associativos indevidos de milhares de aposentados e pensionistas do INSS, ação que pode ter ocasionado enriquecimento ilícito dos envolvidos, com possível ocultação de patrimônio e de movimentações financeiras".

Outro dado levantou suspeitas da PF. Em novembro de 2023, o INSS autorizou o chamado desbloqueio em lote de descontos em pelo menos 34 mil pensões e aposentadorias em benefício da Contag. A PF afirma que a decisão, que atendeu a um pedido da própria entidade, "foi tomada com base em justificativas que se mostraram infundadas e contrárias à legislação".

Os beneficiários do INSS po-



Titular da Previdência Social, Carlos Lupi fala em reunião da pasta

"(O desconto em lote) Não se orientou por evidências que pudessem demonstrar a real intenção do segurado quanto ao desbloqueio do benefício para desconto"

Polícia Federal
Em representação à 15.^a Vara Federal Criminal do Distrito Federal

dem aderir a associações civis e sindicatos e autorizar descontos mensais em seus contracheques para cobrir custos de filiação. Para isso, as entidades devem estar habilitadas no INSS e precisam receber auto-

rização "prévia, pessoal e específica" de aposentados e pensionistas interessados.

Para a PF, o desconto em lote ignorou a exigência de autorização expressa dos aposentados e, nesse sentido, "não se orientou por evidências que pudessem demonstrar a real intenção do segurado quanto ao desbloqueio do benefício para desconto".

A Contag está na lista de entidades suspeitas de envolvimento em um megasquema de descontos não autorizados em aposentadorias e pensões pagas pelo INSS.

As suspeitas levaram o presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, a pedir demissão após ter sido afastado do cargo por

ordem judicial.

Segundo a investigação, os dados dos aposentados foram obtidos com servidores do INSS, mediante o pagamento de propinas. As informações teriam sido cadastradas em associações suspeitas, sem o conhecimento dos aposentados, para operar os descontos indevidos nos contracheques.

'GESTÃO'. Em nota, a Contag afirmou que coordena federações estaduais e sindicatos "que atuam na luta pela garantia, manutenção e ampliação de direitos de mais de 15 milhões de trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, entre os quais estão aposentados, aposentadas e pensionistas rurais que fazem parte do quadro associativo e que autorizam o desconto da sua contribuição".

A confederação diz ainda que "tem se empenhado ativamente no aperfeiçoamento da gestão e na fiscalização dos projetos e convênios que administra, sempre em conformidade com as normas legais". "Neste momento, a entidade reitera seu respeito às instituições democráticas e o compromisso com a legalidade em todas as suas ações, e se coloca à disposição para colaborar com as investigações em curso, defendendo a total transparência do processo investigatório e apuração devida dos fatos." ●

LUPI PROMETEU ZERAR A FILA DO INSS. MAS JOGOU A TOLHA. PÁG. B5

O Estado de São Paulo

Julgamento

STF mantém prisão de Collor, condenado na Operação Lava Jato

RAYSSA MOTTA

Os ministros André Mendonça, Gilmar Mendes, Luiz Fux e Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), votaram ontem para reverter a prisão do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992). Os votos, no entanto, não alteraram os rumos do julgamento – já havia maioria formada no plenário virtual da Corte para manter o ex-presidente preso. A pena se refere à condenação de oito anos e dez meses em processo da Operação Lava Jato.

Collor foi preso na madrugada da última sexta-feira, em Maceió, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, que determinou a execução imediata da pena por considerar que não havia mais recursos possíveis para reverter a condenação e que os pedidos da defesa eram apenas “protelatórios”.

A decisão de Moraes que mandou prender o ex-presidente foi submetida ao crivo dos demais ministros em sessão extraordinária no plenário virtual do tribunal na própria sexta. A votação, no entanto, foi interrompida a pedido de Gilmar, que considerou que o caso deveria ser analisado em uma sessão presencial.

A estratégia do decano do STF, no entanto, foi esvaziada depois que os colegas começaram a antecipar seus votos no plenário virtual, formando maioria para confirmar a decisão de Moraes. O relator foi

acompanhado por Flávio Dino, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia e Dias Toffoli. O movimento levou Gilmar a cancelar o pedido de destaque. O ministro Cristiano Zanin se declarou impedido e não participou da votação.

Collor foi condenado por corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo o recebimento de R\$ 20 milhões em propinas da UTC Engenharia em troca do direcionamento de contratos de BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras, quando era senador.

**Estado de saúde
Moraes pediu laudos sobre a saúde de Collor; defesa solicitou transferência para regime domiciliar**

LAUDOS. Ontem, Moraes mandou a defesa de Collor apresentar laudos médicos que comprovem os problemas de saúde do ex-presidente. O ministro aguarda os documentos para decidir se autoriza a transferência para o regime domiciliar. Collor está detido em uma ala especial do Presídio Baldomero Cavalcanti de Oliveira, na capital alagoana.

Os advogados Marcelo Bessa e Thiago Fleury pediram prisão domiciliar porque, segundo eles, o ex-presidente sofre de “comorbidades graves”. Ao ser ouvido na audiência de custódia, no entanto, Collor, que tem 75 anos, negou ter problemas de saúde ou tomar remédios. ●

Veículo
Tamoios News
Diário Caiçara



Câmara Municipal de Caraguatatuba vota projeto de reestruturação administrativa da Casa de Leis nesta terça-feira

A Câmara Municipal de Caraguatatuba realiza nesta terça-feira (29/04), às 19h30, a 13ª sessão ordinária, com destaque para a votação Projeto de Lei nº 06/2025, que trata da reestruturação administrativa e de assessoramento parlamentar da Casa de Leis.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

Folha de São Paulo

Desigualdade racial no ensino básico aumentou em dez anos, diz pesquisa

Alunos pretos e pardos têm desempenho inferior ao dos brancos na educação básica

SÃO PAULO Em uma década, a desigualdade racial no aprendizado escolar se acirrou no Brasil. A diferença de desempenho entre estudantes brancos e pretos, pardos e indígenas (PPI) aumentou entre 2013 e 2023 em todas as etapas avaliadas pelo Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica).

A conclusão é de um estudo feito pelo Iede (Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional) e pelo Todos Pela Educação com base nos microdados do Saeb, do Ministério da Educação. A análise foi divulgada nesta segunda-feira (28), em que é comemorado o Dia da Educação.

Segundo o relatório, desigualdades educacionais que já eram evidentes antes da pandemia não apenas persistiram no país nos últimos anos, como ainda foram aprofundadas. É o caso das disparidades de aprendizagem por raça. Historicamente, o conjunto de estudantes pretos, pardos e indígenas têm desem-

penho menor na avaliação do que os brancos. Essa diferença se acentuou no período analisado, aponta o relatório.

Os dados mostram que as diferenças são evidentes já nos primeiros anos da vida escolar. No 5º ano do ensino fundamental, 61,7% dos estudantes brancos atingiram o nível de aprendizado considerado adequado em língua portuguesa em 2023. Entre os estudantes PPI, 53,5% atingiram esse nível. Em relação a 2013, houve um aumento de 0,3 ponto percentual na diferença de desempenho entre esses dois grupos.

O mesmo aconteceu em matemática, área na qual 41,3% dos estudantes pretos, pardos e indígenas alcançaram o nível adequado, enquanto entre os brancos a taxa foi de 50,8%. A diferença é 0,9 ponto maior do que em 2013.

Com poucas estratégias para mitigar essa desigualdade, a diferença de desempenho entre esses dois grupos de estudantes aumenta ao longo do ensino fun-



Desigualdade racial no ensino básico aumentou na última década. Zanone Fraissat - 30.ago.2018/Folhapress

damental, chegando ao maior patamar no 9º ano.

Em 2023, 45,6% dos alunos brancos e amarelos alcançaram o nível adequado em língua portuguesa, enquanto entre pretos, pardos e indígenas esse índice foi de 31,5% — uma diferença de 14,1 pontos percentuais. Em 2013, essa distância era 9,6 pontos. Em matemática, a diferença entre os dois grupos cresceu 2,4 pontos.

No 3º ano do ensino médio, a diferença entre os dois grupos em língua portuguesa aumentou de 11,1 para 14 pontos. Apenas em matemática houve uma redução da desigualdade, passando de 4,4 para 3,9 pontos de distância.

A diminuição da disparidade de rendimento nessa disciplina, no entanto, se explica mais pela queda de rendimento dos estudantes brancos do que pela melhora dos PPI.

Em 2013, 8,5% dos brancos atingiram o nível adequado em matemática. Em 2023, esse índice caiu para 7,6%. Já entre os pretos, pardos e indígenas, o percentual foi de 4,1% para 3,7% nesse período.

As desigualdades também se refletem no nível socioeconômico. No 5º ano, 61% dos alunos mais ricos atingem aprendizagem adequada em língua portuguesa, frente a 45% dos mais pobres. Em matemática, os percentuais são de 52% e 32%, respectivamente.

Veículo
Tamoios News
Fala Caragua
Jornal do Litoral



26ª Cerimônia “Barcos ao Mar” reúne comunidade pesqueira e marca início do período da pesca do camarão

A tradicional cerimônia “Barcos ao Mar”, que marca o fim do defeso do camarão, reuniu a comunidade pesqueira no último domingo (27/4), no Entrepasto de Pesca do Camaroeiro, no Centro. Uma realização do Governo Municipal, por meio da Fundação Educacional e Cultural de Caraguatatuba (Fundacc), em parceria com os pescadores da Praia do Camaroeiro.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo

Radar Litoral

Diário Caiçara

Jornal do Litoral

Notícias das Praias

Litoral Norte Web



Casos de dengue aumentam em Caraguatatuba e Prefeitura orienta população a redobrar os cuidados

Até a última sexta-feira (25), a Vigilância Epidemiológica de Caraguatatuba registrou 3.757 notificações de dengue, das quais 620 casos estão confirmados e 3.137 foram descartados após exames laboratoriais.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo

Radar Litoral

Ubatuba Times

TV Thathi

Notícias do Litoral Norte



PAT de Caraguatatuba oferece 146 vagas de emprego nesta semana

O Posto de Atendimento ao Trabalhador de Caraguatatuba (PAT) está com 146 oportunidades de emprego nesta semana em diversas áreas de atuação e níveis de escolaridade e com ampliação no horário de atendimento à população, com funcionamento das 8h às 16h. No Centro de Apoio ao Trabalhador e Empreendedor (CATE), o horário de atendimento permanece o mesmo, das 8h às 14h.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Jornal do Litoral



Caraguatatuba lança programa “Inclusão em Movimento” com assinatura de termo de parceria entre secretarias

Nesta segunda-feira (28), Caraguatatuba formalizou o termo de parceria intersecretarial que institui o programa “Inclusão em Movimento”, voltado à promoção da atividade física inclusiva, adaptada e do paradesporto para crianças e jovens com deficiência. A assinatura ocorreu no gabinete do prefeito Mateus Silva e reuniu representantes das Secretarias dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso (Sepedi), da Educação (Seduc) e de Esportes e Recreação (Secer).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Jornal do Litoral



Tarcísio seleciona 2 escolas do Litoral Norte para modelo cívico-militar

O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) definiu sete escolas no Vale do Paraíba que adotarão o modelo cívico-militar a partir do segundo semestre deste ano. As unidades estão em lista de 100 escolas definidas pelo governo estadual, que serão divulgadas no Diário Oficial na terça-feira (29). A lista foi antecipada pelo UOL. Duas são no Litoral Norte, em São Sebastião e Caraguatatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Geral

Veículo
Radar Litoral
Nova Imprensa
Notícias das Praias



Paraglider cai no bairro Capricórnio, piloto fica preso em árvore e é resgatado por bombeiros

O Corpo de Bombeiros foi acionado, na tarde de segunda-feira (28/4), para mais um resgate de piloto de paraglider, desta vez, no bairro Capricórnio. A vítima ficou presa numa árvore próxima à Lagoa Azul. No fim de semana, um outro piloto já havia sido resgatado na região do Morro Santo Antônio.

No Capricórnio, a equipe de bombeiros localizou a vítima, de 48 anos, sem lesões e consciente. Foi feito o resgate e o piloto conduzido para fora da mata em segurança.

Veículo
Agora Vale
Diário Caiçara



Justiça mantém prisão de motorista após acidente em Caraguatatuba

A Justiça decidiu, nesta segunda-feira (28), manter a prisão da jovem de 23 anos que foi detida após se envolver em um acidente de trânsito em Caraguatatuba no último fim de semana. A motorista estava embriagada e com a carteira de habilitação vencida.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

1º.04.2025

Entrevista com a Vereadora, Dra. Lalá, para a TV Câmara.

Pauta: Bate-papo com universitários reuniu as vereadoras de Caraguatatuba, Dra Lalá e Vilma, e a prefeita Flávia Pascoal, para falar sobre as experiências na política e os desafios enfrentados.



Assista a reportagem completa [aqui](#).